CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA - CTOC
Local: Auditório do Atlantic Hotel - Maceió/AL
Data: 03 e 04 de agosto de 2015
Horário: 09h00

AJUDA MEMÓRIA - MINUTA

1. **Participantes**:

	Nome	Instituição
	MEMBROS	
1	Mônica Portela Lima	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos INEMA
2	Adson Roberto Ribeiro	Associação da Bacia do São Pedro
3	José Cisino Menezes Lopes	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia AIBA
4	Helrijesus Alves Lima	Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte AFAF
5	João Alves do Carmo	Associação Comunitária Sobradinho II
6	Josias Gomes Ribeiro Filho	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária ABES - MG
7	Antenor de Oliveira Aguiar Neto	Universidade Federal de Sergipe UFS
8	Deivid Lucas de Oliveira	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais FIEMG
9	Douglas Falcão Wanderley	Companhia Hidroelétrica do São Francisco CHESF
10	Renato Júnio Constâncio	Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG
	CONVIDADOS	
11	Anivaldo de Miranda Pinto	Presidente do CBHSF
12	Alberto Simon Schvartzman	AGB Peixe Vivo
13	Juliana Sheila de Araújo	AGB Peixe Vivo
14	Alex Gama	Comitê do rio Coruripe
15	Manoel Vieira de Araujo Junior	AGB Peixe Vivo
16	Delane Barros	Yayá Comunicação

2. **Abertura**
O coordenador da CTOC, Sr. Renato Constâncio, inicia a reunião às 9h14.

3. **Verificação de quórum e informes sobre a pauta**
O Sr. Renato Constâncio informa que a que a reunião já possui quórum e efetua esclarecimentos sobre a pauta da reunião.

4. **Avaliação ajuda memória**
A ajuda memória da reunião realizada nos dias 05 e 06 de março de 2015 foi aprovada, sendo solicitado que as minutas das próximas reuniões fossem encaminhadas em arquivo word para que os membros da CTOC possam realizar as alterações com antecedência.

5. **Desenvolvimento da reunião**
O Sr. Anivaldo Miranda esclarece as preocupações e demandas da DIREC a serem debatidas na reunião CTOC, informando a necessidade de revisão do cadastro de usuários de água da bacia do rio

São Francisco e destacando a importância do cadastro de pequenos usuários. O Sr. João Alves corrobora com o Sr. Anivaldo Miranda, lembrando a quantidade e importância de produtores familiares na bacia que estão fora do processo de discussão sobre a cobrança pelo uso água. O Sr. Renato Constâncio informa que no rio Doce estão sendo feitos Seminários para divulgar e discutir a cobrança pelo uso da água. O Sr. José Cisino informa a dificuldade apresentada pela CODEVASF para a realização de um cadastramento de pequenos fruticultores em Ubirajara, destacando que o cadastro ainda existe, mesmo que desatualizado. O Sr. José Cisino sugere então a classificação e divisão dos usuários de água em pequenos, médios e grandes usuários, trabalhando o cadastro por categoria. O Sr. Alberto Simon esclarece que o cadastramento tem duas utilidades, uma com o objetivo de realização da cobrança pelo uso da água e outro para avaliação do balanço hídrico, o que está sendo realizado pela empresa que está fazendo a atualização do Plano da Bacia do rio São Francisco. O Sr. Alberto Simon esclarece ainda a dificuldade e custo do cadastramento de todo o universo de usuários da bacia, sugerindo a utilização de dados das federações, além do estabelecimento de metas desse cadastramento em longo prazo. O Sr. Anivaldo Miranda sugere que o trabalho de cadastramento seja dividido com o Governo Federal, com os Estados e Comitês de Rios Afluentes, devendo ser estabelecidas formas de cooperação entre as Secretarias de Estado para compartilhamento dos dados de outorga por elas recebidos. Lembra ainda a possibilidade de uso dos dados do Cadastro Ambiental Rural. O Sr. Douglas Falcão sugere a consolidação pelo CBHSF dos dados de todos os cadastros existentes e na sequência uma avaliação da estratégia de trabalho para aqueles que não foram incluídos nesses cadastros. O Sr. João Alves lembra a necessidade de criação de uma equipe exclusiva na AGB Peixe Vivo para realização desse trabalho. O Sr. Deivid Lucas destaca o cadastramento de usuários do rio Pará, realizado por uma empresa contratada, o qual, para ele, foi o mais eficiente que tem conhecimento, sugerindo que o cadastramento da bacia do Rio São Francisco seja feito da mesma forma. O Sr. Alberto Simon complementa explicando os benefícios desse tipo de trabalho ser realizado por uma empresa, mesmo apresentando um maior custo do que se fosse realizado por pessoa física. O Sr. Anivaldo Miranda lembra ainda que a contratação da empresa seria realizada com recurso da parcela dos 92,5% da cobrança pelo uso da água. Após debates a CTOC encaminhou à diretoria do CBHSF a necessidade de contratação de empresa para a realização do cadastro de usuários da bacia, solicitando à AGB Peixe Vivo a elaboração da minuta do Termo de Referência, estabelecendo como prazo 45 dias. O Sr. Alberto Simon realiza os esclarecimentos sobre a Nota Técnica elaborada pela AGB Peixe Vivo referente ao aprimoramento da metodologia de cobrança. Recomenda que a cobrança no rio São Francisco seja simplificada e do entendimento de todos. Destaca ainda que o valor atualmente cobrado pelo uso da água na bacia do rio São Francisco está defasado. O Sr. José Cisino opina que o momento não é apropriado para realização de reajustes. Segundo o Sr. Antenor Aguiar ao invés de reajuste devem ser aprimorados os mecanismos de cobrança, reduzindo os valores para quem usa água de forma eficiente e aumentando para usuários poluidores, uma vez que os valores que são pagos pelo setor de saneamento são muito pequenos, segundo ele. O Sr. Alberto Simon lembra que quem paga pela água são aqueles usuários que utilizam a partir de 4 litros/seg., aspecto que, segundo ele, pode ser revisto, considerando que esse consumo representa 320 mil litros de água por dia. O Sr. Deivid Lucas opina que o debate deve seguir as seguintes etapas: metodologia, mecanismos, boas práticas e PPU. O Sr. Alberto Simon apresenta a metodologia utilizada para cobrança da água na bacia do rio São Francisco. O Sr. Alex Gama informa que há 10 anos foi realizado pela ANA um cadastro amplo de usuários de água na bacia do rio São Francisco, recomendando que o CBHSF busque esses dados. O Sr. José Cisino

sugere que seja considerado no calculo da cobrança a situação de escassez de água. Para o Sr. Alex Gama, a questão de escassez é mais relativa à outorga, com estabelecimento de regra de uso da água que deverá ser considerada em um decreto de regulamentação de outorga. O Sr. Alberto Simon apresenta a metodologia utilizada para cobrança da água na bacia do rio Pará. O Sr. Deivid Lucas sugere que a deliberação referente à da metodologia da cobrança pela água na bacia do rio Pará seja utilizada como base para a revisão da metodologia de cobrança da bacia do rio São Francisco, o que deverá ser debatido na próxima reunião. Recomenda que ao receber o material os membros da CTOC deverão avaliar e encaminhar sugestões por setor. Opina que a princípio não deve ser debatido PPU, mas apenas o aperfeiçoamento da metodologia. Assim, sugere como encaminhamento a realização de diferentes etapas para elaboração de uma proposta, sendo a primeira etapa a revisão dos mecanismos, seguindo a referência da metodologia do rio Pará; na sequência as boas práticas e, por fim, o PPU. O Sr. Alberto recomenda que essa proposta esteja pronta até maio de 2016.

Dia 04/08

Dando continuidade a reunião o coordenador da CTOC, o Sr. Renato Constâncio, destaca duas ausências com relação ao dia anterior, os Srs. Deivid Lucas e Josias Gomes. Em seguida, passa a palavra para o Sr. Alberto Simon que esclarece ao Sr. Sérgio Razera aspectos relacionados a CTOC, onde as discussões são pautadas sempre em outorga e cobrança, ressaltando o cadastro de usuários como um importante instrumento da cobrança. O Sr. Alberto Simon destacou ainda que não necessariamente existe uma defasagem tão grande relacionada aos valores da cobrança, e sim com relação ao pequeno número de 1500 usuários cadastrados e pagantes, em uma bacia com uma área de 650.000 km^2 e 9 milhões de pessoas. O mesmo esclarece que o CBHSF tomará a iniciativa de atualização do cadastro e o primeiro passo é o de concentrar as informações sobre o cadastro existente tanto no CNAR quanto nos órgãos estaduais, uma vez que existe uma estimativa potencial de pelo menos 50.000 usuários e que o valor isento de outorga e cobrança é de 4 litros/seg., não sendo esse um número técnico, afirmando que existem muitos aspectos a serem revistos na base da cobrança. O mesmo esclareceu que existem três temas importantes que merecem atenção especial: o mecanismo da cobrança propriamente dito (captação, consumo e lançamento), os coeficientes que terão de ser melhor discutidos e a atualização do preço, que será o último a ser visto, evitando-se as propostas simplistas de apenas aumentar o valor. Em seguida o Sr. Alberto Simon passa a palavra ao Sr. Sérgio Razera, que falou da sua experiência no Consórcio PCJ. O mesmo iniciou suas considerações dando informações sobre a revisão do cadastro de usuários no consórcio PCJ. Posteriormente, destacou que o PCJ é uma bacia federal com três órgãos outorgantes: ANA, DAE e IGAM e que o CETESB (órgão ambiental) licencia e outorga os lançamentos, ressaltando que o diálogo com esses órgãos a respeito do cadastro de usuários é muito complicado. Através de alguns exemplos mostra o funcionamento e a burocracia do sistema no dia a dia do PCJ, ressaltando que às vezes é necessário que haja esse processo burocrático e sugerindo que não se trabalhe apenas com as informações prestadas para não desacreditar o sistema. O Sr. Alberto Simon perguntou qual seria o universo de usuários na bacia do PCJ. O Sr. Sérgio Razera respondeu que são 115 boletos (usuários) na cobrança federal, não incluindo as águas subterrâneas e 3.000 boletos na cobrança estadual, sendo 2.500 referentes às aguas subterrâneas. Neste ponto, o Sr. Sérgio Razera ressaltou os dois pontos falhos existentes no cadastro de usuários do PCJ, tanto no cadastro de cobrança quanto no cadastro de outorga. Os pontos falhos são: a irrigação (que é o terceiro uso da bacia) e o uso das águas subterrâneas. O Sr. Sérgio Razera afirmou que estão sendo desenvolvidas ações de melhoria, porém

é muito difícil alcançar o ponto ideal. Em um episódio citado pelo Sr. Sérgio Razera, houve, para melhoria do cadastro de outorga, o envolvimento do Ministério Público Estadual, que utilizou recursos da compensação ambiental da construção de uma rodovia para contratar uma empresa que auxiliaria o DAE na execução da melhoria do cadastro. O MPE enviou ofícios para empresas de perfuração dando prazo de 10 dias para a liberação do cadastro de todos usuários que fizeram poços nos últimos 10 anos, gerando um resultado de aproximadamente 17.000 nomes. Assim, o consórcio PCJ contratou uma empresa para dar suporte ao DAE para emitir as outorgas. Dando continuidade, falou da problemática existente com os irrigantes. A Secretaria de Agricultura do estado de SP afirma a existência de 34.000 unidades produtivas agrícolas (UPA) e dessas, 12.000 possuíam equipamentos de irrigação, porém, sem apresentar outras informações sobre quantidade de captação, local de captação e os equipamentos que seriam utilizados. Além disso, afirmou que no DAE havia apenas 2.500 usuários outorgados para a irrigação. A partir dessas informações, o DAE intensificou a fiscalização e o processo de licença da outorga. Como o processo de outorga ficou muito rígido, o sindicato dos produtores rurais solicitou que o DAE facilitasse a situação, sendo criado um "pacto pelas águas" com o DAE amenizando o processo de outorga, e em contrapartida o sindicato dos produtores rurais se comprometeu a divulgar e estimular os produtores que se cadastrassem. Também foi criado o ato declaratório, que é um pré-cadastro no qual os produtores teriam um prazo de dois anos para realizar a regularização da outorga. Após debates entre os membros da CTOC, todos concordaram que é necessária uma revisão no funcionamento do sistema de cadastro de cobrança e outorga na bacia do rio São Francisco. O Sr. José Cisino ressaltou a necessidade da existência de uma estimativa do número de usuários insignificantes na bacia do rio São Francisco. O sr. Alberto Simon esclareceu que o considerado insignificante na bacia do São Francisco é a captação de até 4 litros/seg. ou 320 mil litros/dia. Então, o Sr. José Cisino reafirmou a importância de saber quantos são os usuários incluídos nessa categoria para se ter uma noção geral do total de água utilizada e, assim, ajustar o limite da vazão para essa categoria no universo da bacia do rio São Francisco. Em seguida o Sr. Sérgio Razera iniciou sua apresentação sobre a experiência do PCJ. Afirma que o maior desafio é com o saneamento básico e que existe uma primeira grande meta, estipulada para ser alcançada em 2020 que é o de coletar e tratar mais de 90% do esgoto. O mesmo afirma que, em medição da CETESB, já chegaram a 88% do esgoto coletado e 74% tratado, em um universo de 69 municípios e 5.3 milhões de habitantes. Após esclarecimentos e alguns questionamentos por parte dos membros da CTOC, o Sr. Sérgio Razera encerra sua apresentação e o Coordenador da CTOC Renato Constâncio, passa a palavra ao Sr. Alex Gama, presidente do Comitê do Rio Coruripe que fala um pouco sobre o histórico do cadastro de usuários na bacia do rio São Francisco. Os Srs. José Cisino e João Alves sugerem como pauta para as próximas reuniões da CTOC a discussão sobre a questão da cobrança estadual e das águas subterrâneas na bacia do rio São Francisco. O Sr. Alberto Simon esclarece que as águas subterrâneas são de domínio estadual e que a ANA não dá outorga de água subterrânea. O mesmo afirma que isso está sendo estudado fortemente no Plano de Bacias e que esse instrumento é que vai colaborar mais efetivamente com o disciplinamento do uso da água na bacia do São Francisco. Por fim, o coordenador da CTOC, o Sr. Renato Constâncio faz alguns agradecimentos e sem mais assuntos a tratar encerra a reunião às 12h00.

6. Encaminhamentos:

- A Diretoria Técnica da AGB Peixe Vivo irá elaborar, no prazo de 45 dias, a minuta do Termo de Referência para a contratação de empresa para consolidar os dados dos cadastros de usuários da água já existentes na bacia do rio São Francisco.

- A Diretoria Técnica da AGB Peixe Vivo deverá elaborar uma minuta de revisão de metodologia, considerando mecanismos, boas práticas e PPU.

- Ficou definido que a próxima reunião da CTOC será realizada nos dias 28 e 29 de setembro em Salvador;

Renato Júnio Constâncio
Coordenador da CTOC/CBHSF